

A Amazônia também é feita de gente

Dia Global de Ação pela Amazônia – 05/09



A emergência climática é atualmente uma das maiores preocupações porque põe em risco a própria existência da vida no planeta, bem como a da humanidade como um todo. No centro desse debate está a Amazônia.

A floresta amazônica é fundamental para manter a estabilidade climática mundial. É a maior floresta tropical do mundo, lar de uma das mais ricas biodiversidades, mas a **Amazônia não é um imenso espaço vazio: também é feita de pessoas! Na Bacia Amazônica existem 48 milhões de habitantes (OTCA, 2024). Pessoas que trabalham, lutam e constroem!**

Promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia é fundamental para que o mundo cumpra seus compromissos ambientais, preserve a biodiversidade e melhore a qualidade de vida em uma das regiões mais pobres da América do Sul. No entanto, uma análise da dinâmica recente do mercado de trabalho amazônico revela inúmeros obstáculos para a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Neste **5 de setembro, Dia Global de Ação pela Amazônia**, a **Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM)** tem como objetivo **dar visibilidade à população da Amazônia e suas lutas #ListenToAmazonianVoices**. Qualquer proposta de desenvolvimento socioeconômico para a Amazônia deve começar com uma análise do desempenho de seu mercado de trabalho. Apesar do potencial da sua mão-de-obra jovem, a região encontra-se atualmente numa situação desfavorável em termos de emprego e renda, sendo praticamente todos os indicadores mais precários do que no resto da região.

A informalidade é uma marca registrada do mercado de trabalho da Amazônia, uma ilustração gritante da falta de boas oportunidades de trabalho para jovens e adultos. Evidências do Brasil comprovam essas alegações, a taxa de informalidade na Amazônia brasileira é quase 20 pontos percentuais maior do que no resto do país¹. Outra consequência da informalidade é a menor

¹ <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Relatorio-Final-Mercado-de-Trabalho-na-Amazonia.pdf>

renda, que é 40% menor para os amazônicos quando comparada aos trabalhadores do resto do país. O mercado de trabalho amazônico tem inserções ocupacionais muito mais instáveis, com um risco muito maior de os trabalhadores mudarem para cargos ocupacionais de menor qualidade ao longo do tempo. A região amazônica tem uma proporção muito maior de pessoas vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, a Amazônia Legal tem o pior índice de progresso social do Brasil. As 20 cidades com menor qualidade de vida no Brasil, incluindo as 10 piores capitais, estão na Bacia Amazônica (IPS Brasil 2024). As evidências mostram que o desmatamento e a degradação florestal não têm contribuído para a criação de boas condições de emprego e renda na região, pelo contrário, contribuíram para a precariedade.

Várias iniciativas multilaterais estão em vigor para proteger a floresta amazônica. Ainda assim, eles se concentram apenas em aspectos ambientais, como violações da lei climática, pecuária insustentável e extração ilegal de madeira. Para enfrentar problemas socioambientais tão profundamente conectados, são necessárias soluções estruturantes baseadas em uma abordagem integrada. O mercado de trabalho é um elemento-chave para ancorar propostas para aumentar o crescimento econômico, gerar mais empregos, renda e reduzir as desigualdades, por meio do manejo florestal sustentável, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento, a floresta é capaz de trazer prosperidade e qualidade de vida às pessoas que nela vivem.

É preciso enfrentar a crise socioambiental da Amazônia de forma integrada. A chave é promover uma **floresta habitada sustentável** que garanta o futuro de todas as pessoas que nela vivem com base na **defesa articulada do meio ambiente e dos povos da floresta**. O destino da Amazônia é o destino de seus povos.

"Queremos que a Amazônia seja preservada, mas também queremos que ela seja economicamente viável." Chico Mendes, sindicalista e ambientalista.

A Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM), por meio de sua Rede Sindical Amazônica (RSA), insta a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), os governos dos nove países amazônicos e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) a considerar as seguintes demandas:

1. Tomar todas as medidas necessárias para **evitar o ponto de não retorno na Amazônia**, por meio de um plano que garanta a) a cessação de todo desmatamento ilegal até 2025, b) reabilitar, recuperar e restaurar áreas desmatadas e degradadas;
2. **Participação sindical efetiva** na COP30;
3. **Criação de uma Agenda de Trabalho Decente da Amazônia (ATDA)** com envolvimento sindical na formulação de políticas públicas para o trabalho decente, formalização do emprego informal, geração de empregos, especialmente nos setores florestal e restauração/reflorestamento;
4. **Inclusão da ATDA** na Agenda de Cooperação Estratégica da Amazônia (AECA) atualizada.
5. **Reforço das normas trabalhistas fundamentais da OIT** na região, incluindo erradicação do trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação; e garantia da liberdade de associação, negociação coletiva e saúde e segurança ocupacional;
6. Promover a aplicação do **Código de Conduta da OIT recém-atualizado para saúde e segurança ocupacional no trabalho florestal**;
7. **Mecanismos eficazes de proteção aos defensores da Amazônia**, incluindo sindicalistas, em consonância com os acordos internacionais e nacionais;
8. Desenvolvimento de um quadro de cooperação regional para **certificação e valorização de produtos amazônicos**, promovendo produtos viáveis da sociobiodiversidade, tendo como pré-requisitos as convenções da OIT;

9. **Estabelecimento de uma OTCA-SOCIAL para a** participação efetiva dos povos amazônicos nos processos de planejamento, gestão e governança para a implementação do Tratado de Cooperação Amazônica;
10. **Destinação de 30% dos recursos do Fundo Amazônia e do Fundo Clima** para manejo florestal sustentável e recuperação de áreas degradadas, com trabalho decente;
11. **Garantir a participação sindical** nas ações de fiscalização do trabalho;
12. **Garantir 100% das reivindicações territoriais indígenas, afrodescendentes, quilombolas e comunidades tradicionais** com segurança jurídica e física, respeito aos povos indígenas isolados e perspectiva de gênero na distribuição e titulação de terras;
13. **Demanda por aumento das Contribuições Nacionalmente Determinadas** dos países amazônicos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, alinhando-se às metas de eliminação do desmatamento e exploração de petróleo;
14. **Desenvolvimento das cidades amazônicas** em harmonia com a natureza, garantindo planejamento democrático, ambientes saudáveis, regularização fundiária pública, moradia adequada, direitos à água e saneamento, mobilidade, segurança alimentar e justiça climática e ambiental;
15. **Participação sindical** na avaliação dos impactos e planejamento de obras de infraestrutura para a integração pan-amazônica;
16. **Garantia do consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé** dos povos amazônicos para projetos e cadeias produtivas com impactos significativos, aderindo a acordos internacionais como a Convenção 169 da OIT;
17. **Governos e órgãos de financiamento do Norte Global** devem parar de subsidiar, conceder créditos e investir em projetos que destroem a Amazônia e redirecionar recursos para o bem-estar dos povos e a conservação da natureza.